

O IMPACTO DO PROJETO DO PACTO ABC NAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

*THE IMPACT OF THE COVENANT ABC PROJECT IN BRAZIL-
ARGENTINE RELATIONS DURING THE SECOND VARGAS
GOVERNMENT*

*EL IMPACTO DEL PROYECTO PACTO ABC EN LAS RELACIONES
ENTRE BRASIL Y ARGENTINA DURANTE EL SEGUNDO
GOBIERNO DE VARGAS*

Raquel Paz dos Santos¹

Resumo: Este trabalho é parte de minha tese de doutorado na qual analiso as relações Brasil-Argentina numa perspectiva cultural entre 1930-1954, demonstrando como a cooperação foi uma característica presente nestas relações e traçando uma crítica ao recorrente paradigma da rivalidade. Este artigo analisa o impacto do projeto do Pacto ABC nas relações bilaterais no segundo governo de Getúlio Vargas. Através da análise de correspondências diplomáticas, artigos de jornais e documentos do senado brasileiro demonstram-se que a proposta do presidente Juan Perón de formação de uma união aduaneira entre Argentina, Brasil e Chile foi apoiada pelos setores varguistas, mas fortemente rechaçada pelos setores opositores contribuindo para a crise do governo brasileiro. Constatou-se também a influência do governo norte-americano no sentido de desenvolver uma intensa campanha propagandística contra o peronismo e apoiar os grupos contrários a aproximação da Argentina, buscando ordenar a América Latina dentro de sua órbita durante a Guerra Fria. Neste contexto, a proposta de integração regional fracassou, provocando profundos abalos nas relações diplomáticas entre os dois países.

Palavras-chave: Integração Regional; Peronismo; Diplomacia; Estados Unidos; Guerra Fria.

Abstract: This work is part of my doctoral thesis in which I analyze the Brazil - Argentina relations from a cultural perspective between 1930-1954, showing how cooperation was a feature present in these relationships and drawing a recurring criticism of the paradigm of rivalry. This article analyzes the impact of the Covenant ABC project in bilateral relations in the second government of Getúlio Vargas. Through the analysis of diplomatic correspondence, newspaper articles and documents of the Brazilian senate demonstrates that the proposal of President Juan Perón formation of a customs union between Argentina,

¹ Universidade Santo Amaro (UNISA), São Paulo, SP, Brasil, E-mail: raquel pazdossantos@terra.com.br

Brazil and Chile was supported by varguistas sectors, but strongly rejected by opposition sectors contributing to the crisis of the Brazilian government. It was also found to influence the U.S. government to develop an intense propaganda campaign against Peronism and support groups to oppose the approach of Argentina, Latin America seeking order within its orbit during the Cold War. In this context, the proposed regional integration failed, causing tremors deep in diplomatic relations between the two countries.

Keywords: Regional Integration; Peronism; diplomacy; United States; Cold War.

Resumen: Esta obra es parte de mi tesis doctoral en la que se analiza las relaciones entre Brasil y Argentina desde una perspectiva cultural entre 1930-1954, que muestran cómo la cooperación fue una característica presente en estas relaciones y dibujo una crítica recurrente del paradigma de la rivalidad. En este artículo se analiza el impacto del proyecto de Pacto ABC en las relaciones bilaterales en el segundo gobierno de Getúlio Vargas. A través del análisis de la correspondencia diplomática, artículos de prensa y documentos del Senado de Brasil demuestra que la propuesta de la formación del presidente Juan Perón de una unión aduanera entre Argentina, Brasil y Chile con el apoyo de los sectores varguistas, pero fuertemente rechazada por sectores de la oposición que contribuyen a la crisis del gobierno de Brasil. También se encontró para influir en el gobierno de los EE.UU. para desarrollar una intensa campaña de propaganda contra grupos peronismo y de apoyo para oponerse al planteamiento de Argentina, América Latina buscan orden dentro de su órbita durante la Guerra Fría. En este contexto, la integración regional propuesta fracasó, provocando temblores profundos en las relaciones diplomáticas entre los dos países.

Palabras-clave: Integración Regional; peronismo; diplomacia; Estados Unidos; Guerra Fría.

Introdução

A década de 1950 constitui-se um momento muito significativo das relações argentino-brasileiras, especialmente, entre 1951-1954, período de coincidência dos governos de Getúlio Vargas e Juan Perón. Mas, apesar das convergências entre os dois presidentes, em função das proximidades ideológicas entre o trabalhismo e o peronismo, a ampla oposição de alguns setores do governo brasileiro impediu o fortalecimento das relações bilaterais.

Dessa forma, este se constitui um momento particularmente importante para se pensar as relações do Brasil com a América do Sul no contexto da Guerra Fria. Enquanto o governo brasileiro posicionava-se ao lado dos Estados Unidos, apesar na ala varguista tentar estabelecer uma postura mais nacionalista e crítica a algumas imposições norte-americanas, a Argentina irá manter-se na sua tradicional política externa da neutralidade ao adotar

a “Terceira Posição”, declarando-se como uma postura equidistante tanto do capitalismo como no comunismo e propondo buscar uma outra via de desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, como defende Mario Rapoport, o peronismo antecipou o movimento dos não-alinhados e teve a ousadia de desenvolver uma política de enfrentamento a potência hegemônica mundial ao propor o projeto do Pacto ABC. Tratava-se, inicialmente, de uma união aduaneira entre Argentina, Brasil e Chile, sendo depois estendido a outros países da região visando construir as bases de uma futura integração econômica. Assim, os países sul-americanos poderiam encontrar estratégias para seu desenvolvimento, sem submeter incondicionalmente as grandes potências, sobretudo aos EUA.

Nesta conjuntura, iremos analisar a grande oposição dos segmentos antivarguistas do governo brasileiro ao projeto peronista, para tanto utilizaremos novas fontes documentais como correspondências diplomáticas, depoimentos de embaixadores e outros políticos, documentos apresentados e discutidos no Senado, além de artigos publicados na imprensa brasileira e argentina da época.

1. As relações argentino-brasileiras no contexto da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria

Situando as relações argentino-brasileiras no contexto das transformações políticas, econômicas e culturais que se processaram no continente, as percepções do país vizinho adquiriram conotações distintas no decorrer da Segunda Guerra, marcada por avanços e recuos na política de aproximação entre os dois países.

Primeiramente, é necessário destacar que as causas e conseqüências do conflito constituíram difíceis para ambos os países, cujos governos se viram diante de várias opções cujos efeitos foram notórios a nível político, econômico e ideológico, refletindo-se nas formulações de suas perspectivas políticas internas e externas.

Durante 1939 a 1945, o Brasil gozou de grande estabilidade política sob a presidência de Getúlio Vargas. Contrariamente, a Argentina viveu períodos de forte agitação, com frequentes mudanças de presidentes e ministros, culminando no golpe de Estado de 4 de julho de 1943, que vigorou até a normalização constitucional com as eleições de 1946, que levaram Juan Domingo Perón à presidência.

Neste contexto, enquanto no Brasil manifestou-se sempre uma tendência favorável à aliança com os Estados Unidos, defendida principalmente pelo chanceler Oswaldo Aranha, sendo também apoiada pelos militares brasileiros que tinham constante preocupação com a possibilidade de ficarem ultrapassados quanto ao equipamento bélico para não aparentarem fraqueza

frente à imaginária ameaça advinda da Argentina. Contudo, o principal objetivo era promover a instalação da primeira importante planta siderúrgica da América do Sul, em Volta Redonda, geradora de forte processo de industrialização e conquista da preeminência econômica na região. Ambas as metas foram alcançadas através de uma estratégica barganha do governo Vargas. Assim, o Brasil declarou guerra ao Eixo em 21 de agosto de 1942, enviando uma relevante força expedicionária para o combate. Ao passo que a Argentina apenas declararia guerra ao Eixo em março de 1945.

Segundo Mario Rapoport (2006), as divergências políticas influíram notavelmente na orientação da política exterior argentina. Se, inicialmente, na presidência de Ricardo Ortiz, havia uma tendência favorável aos aliados, com seu sucessor, Ramón Castillo a posição passou a ser neutralista. Essa postura foi mantida pelos revolucionários de 1943, ainda que entre seus membros houvesse divergências, provocando contínuos atritos no grupo governante.

Nesta conjuntura, o ano de 1943 foi um momento de forte tensão nas relações entre os dois países. Segundo Eduardo Madrid (2003), no início da década de 1940, o consenso em torno de uniões aduaneiras havia se generalizado, sobretudo nos países do Cone Sul, estimulando o critério de “preferências regionais” em virtude da profunda incerteza da região a respeito das perspectivas imediatas e em longo prazo do comércio internacional devido ao conflito mundial.

Diante desse quadro, as disputas estratégicas entre Argentina e Brasil pela hegemonia na região se atenuaram, melhorando as relações bilaterais no plano comercial e, ao menos formalmente, na esfera política. Entretanto, com a decisão do Brasil de apoiar os Estados Unidos na guerra e tentar conquistar o apoio dos demais países latino-americanos na Conferência Interamericana realizada no Rio de Janeiro, em 1942, quando Argentina e Chile rejeitaram essa proposta e permaneceram como países neutros, instalou-se um clima de tensão entre os dois países. Tal fato ocasionou a exacerbação do nacionalismo nas forças armadas argentinas, que interpretaram essa atitude do Brasil como uma estratégia para estabelecer sua hegemonia regional.

Nesse contexto, a aliança com o Brasil se tornou ainda mais estratégica para os EUA, que acabaram fazendo algumas concessões ao governo Vargas, como o seu fortalecimento militar através do envio de armamentos. Este fator, associado à percepção de que era preciso promover mudanças políticas e econômicas no país, levou os militares argentinos a derrubar o governo conservador de Buenos Aires, através de um golpe, em 1943, levando à ascensão do GOU à presidência. Mesmo que os dois governos tenham mantido um relacionamento cordial, em função do intercâmbio comercial e das afinidades ideológicas entre os dois regimes.

Essa nova configuração das relações bilaterais teve reflexos nas percepções da diplomacia argentina. Em abril de 1944, uma nota do adido cultural da Embaixada Argentina no Rio de Janeiro, Eugenio Julio Iglesias, relatava que durante seus quatro anos na capital carioca, em vários momentos, encontrou demonstrações de um sentimento antiargentino na sociedade.

Como exemplo, comentou o artigo “A advertência do desmoronamento” de Leôncio Correia - jornalista, poeta, cronista, orador, além de ser formado em Direito e membro de várias academias brasileiras -, publicado no *Correio da Noite*, em 9 de março de 1944. O assunto era o desmoronamento de um túnel da ferrovia Central do Brasil, situado perto do Rio. O articulista, de forma irônica, levantava a hipótese de que se tratava de um ataque da Argentina ao Brasil. Nas palavras de Julio Iglesias:

[...] El Sr. Correia, miembro de una de las tantas academias brasileñas, vincula el hecho a una posible guerra con la República Argentina. Declara que todo no pasa de una hipótesis, “hipótesis absurda, por cierto, pero indispensable para ilustrar nuestro pensamiento” [...] sueña con la armada argentina en la bahía de Guanabara, con una intimación de rendición, con una poderosa flota aérea argentina que inutiliza las vías férreas brasileñas y el túnel grande de la Central del Brasil y sueña, dolorosamente, que las tropas brasileñas, acantonadas en São Paulo y Minas, por más aviones y camiones que posean, no pueden acudir en defensa de la capital... También sueña con la Guerra del Paraguay, para acabar recordando que el Brasil es “uno de los cuatro colosos” del mundo y que, por lo tanto, es preciso reconstruir de una vez el gran túnel de la Central. (Archivo Histórico de Cancillería, agregado cultural Julio Iglesias, 01/04/1944, p.1)

Julio Iglesias expressou sua indignação com a guerra imaginária do Sr. Correia, que incitou, no povo brasileiro, um sentimento de hostilidade em relação ao país vizinho. Aliás, imprensa de ambos os países, na maioria das vezes, mais contribuiu para reforçar o imaginário da rivalidade entre Argentina e Brasil do que para atenuá-la, o que dificultou grandemente as tentativas de aproximação entre ambos os países.

Essas representações estiveram impregnadas no imaginário coletivo brasileiro, fizeram parte do senso comum. Tal constatação ressalta a grande dificuldade, por parte da diplomacia e de setores da intelectualidade de ambos os países, no desenvolvimento de seu intento de aproximação dos dois países expresso nos projetos de intercâmbio artístico e intelectual entre as duas sociedades, iniciado a partir dos acordos culturais de 1933 assinados pelos governos de Vargas e Augustin Justo.²

² Para um estudo mais detalhado sobre o tema consultar: SANTOS, Raquel Paz dos. “Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional”. *Revista Estudos Históricos*, v.22. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 355 – 375.

Pela análise de Ricardo Salvatore (2006), é possível compreender que a construção dessas representações da Argentina como um país “inimigo” realizou-se a partir de um “mapa cognitivo”, no qual as inquietudes, os preconceitos, as ambiguidades da cultura de origem – a brasileira –, influenciaram a sua interpretação do outro país.

No caso das relações culturais entre os Estados Unidos e a América do Sul durante o apogeu do pan-americanismo, entre 1890 e 1945, esse mapa ou “marco de recepção” levava à definição da natureza do projeto norte-americano como expansionista, uma vez que “al subalternizar y diferenciar a los ‘sudamericanos’ se contribuía a construir el sistema de argumentos que autorizaba la presencia y producción cultural de los estadounidenses en el extranjero” (SALVATORE, p. 27).

No referente às relações argentino-brasileiras, o “marco de recepção” que interpretava o país platino como o “hostil” ao Brasil, contribuía para antipatizar e diferenciar os argentinos dos brasileiros, levando à construção de um conjunto de argumentos que justificavam as imagens negativas e preconceituosas do país vizinho, não vislumbrando a possibilidade de uma aproximação entre as duas sociedades e fundamentando ainda mais a ideia de que os brasileiros deveriam se “proteger” da eminente ameaça que representava a Argentina.

Entretanto, um contraponto a essas representações de inimizade pode ser encontrado na correspondência enviada por Rolando J. Aguirre, encarregado de negócios, ao ministro das Relações Exteriores, general Orlando L. Peluffo em 1944. Nesse texto, foram comentadas as declarações do general Firmo Freire, chefe do gabinete militar da Presidência da República, ao diário *Brasil-Portugal*, sobre os sentimentos inamovíveis da “intrepidez americanista” do Brasil desde a Independência. Freire faz menção a um evento que tinha participado na Academia de Letras, contando com a presença do acadêmico Dr. Barbosa Lima Sobrinho, no qual discursara o esteta argentino Pedro Miguel Obligado:

(...) aquel voluntário de la posteridade mostro con sentimiento y vigor que somos, en realidad, continentalmente hermanos, brasileños y argentinos, que no creemos en divergencias serias y pendurable, porque, si algún día la vida quisiere tornarnos incomprendidos y separados, no creeremos en la vida. Creemos y confiamos en nosotros mismos y la fuerza invencible del amor fraternal que nos une. (Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Rolando J. Aguirre a Orlando L. Peluffo, 16/11/ 1944)

Assim, paralelo ao tradicional imaginário da rivalidade argentino-brasileira, outras ações e discursos em oposição a essa perspectiva foram também construídos, demonstrando significativos esforços de cooperação política, econômica e cultural. Afinal, a aproximação da Argentina conti-

nuava sendo importante em função da complementaridade econômica e da estratégia política regional. Dessa forma, essas relações não podem ser pensadas apenas pela ótica da contínua e permanente rivalidade.

Neste sentido, cabe ressaltar que para além dessas representações, as diferenças entre Argentina e Brasil no campo internacional durante a Segunda Guerra não se refletiram, apesar de tudo, em inimizade política ou mesmo em alterações ou inconvenientes nas relações comerciais. Pelo contrário, Vargas rechaçou, em várias oportunidades, qualquer medida provocativa ou que se insinuasse belicosa contra a Argentina. Inclusive, em outubro de 1945, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Batista Lusardo, chegou a oferecer asilo político no Brasil a Juan Domingo Perón, então homem forte da Argentina que estava sendo preso por suas divergências com o grupo governante do país. Daí a grande simpatia que Perón passou a sentir por Vargas. A partir de então, a história comum teria outros destinos para ambas as nações.

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial e emergência da Guerra Fria, Sidnei J. Munhoz (2002) destaca que ocorreu um rápido processo de mudança na configuração política de grande parte dos governos da América Latina. Na Argentina, Perón venceu as eleições presidenciais em 1946. No Brasil, em 1945, Eurico Gaspar Dutra foi eleito através de um amplo processo eleitoral. Na Guatemala, foi eleito Juan José Arévalo. Munhoz assinala que em cada país ocorreu configurações distintas para o novo poder estabelecido, porém, em geral, a influência do final da guerra e dos regimes autoritários na Europa impulsionou uma guinada para a democracia formal.

Neste momento, os Estados Unidos intensificaram a formação de alianças regionais visando combater a possível expansão soviética e, sobretudo, impedir a propagação do ideário comunista, e mesmo reformista, evitando assim que tais ideias representassem de alguma forma uma ameaça à segurança do país. Neste propósito foi assinado o Tratado Interamericano Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, entre os EUA e os países latino-americanos. Posteriormente, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, formalizaram-se os instrumentos legais que possibilitavam a intervenção norte-americana em qualquer região do continente.

Em tal conjuntura, o governo de Dutra caracterizou-se pelo alinhamento automático aos Estados Unidos na Guerra Fria com o intuito de manter a relação privilegiada com a grande potência e conseguir recursos para continuar o projeto de industrialização do Brasil. Assim, com seu acentuado anticomunismo, reprimindo fortemente o PCB, sindicatos e outros movimentos sociais, além censura sobre a imprensa, visando impedir assim o avanço de ideias contrárias aos interesses dos Estados Unidos. Contudo, na prática sua subserviência não trouxe ganhos políticos ou econômicos para o país.

PAREI! Em sentido oposto, Perón adotou a postura externa de não alinhamento ao comunismo ou ao capitalismo expressa através da *Terceira Posição*, visando recuperar o poder de barganha internacional para a América Latina decepcionada com o descaso com que o governo norte-americano tratou a região no pós-Segunda Guerra. De acordo com Amado Luiz Cervo:

A neutralidade argentina durante a Segunda Guerra foi precursora da 3ª Posição, a política exterior do peronismo, que não significava equidistância dos pólos americanos e soviéticos, mesmo porque a Argentina inseriu-se no mundo ocidental, mas prenunciou do movimento dos países não-alinhados. A experiência peronista de desenvolvimento deveria malograr em razão do impasse causado pelo desequilíbrio estrutural entre a boa infra-estrutura agrícola disponível e ausência de bases sólidas para a superestrutura industrial moderna. (CERVO, 2007, p.105)

Entretanto, os receios de uma aproximação do governo de Perón por parte dos setores conservadores brasileiros que preferiam o alinhamento aos Estados Unidos, adicionando-se toda propaganda negativa difundida sobre o regime rotulado de pretensões imperialistas e ainda o não apoio dos comunistas ao governo, por orientação política da URSS³, contribuíram para o seu isolamento e fracasso de sua política externa, fortalecendo a hegemonia norte-americana na América Latina.

Essas análises serão de fundamental importância para a compreensão das representações construídas da Argentina entre os anos de 1951 a 1954 no contexto dos confrontos ideológicos da Guerra Fria no continente.

2. As percepções e imagens da Argentina peronista no Brasil: embates e aproximações da diplomacia

A década de 1950 se constituiu num outro momento importante para se discutir essas relações bilaterais. Em 1951, após serem eleitos para um segundo mandato, os governos de Perón e Vargas iniciaram uma nova fase do nacionalismo de caráter popular e industrializador, e, nesse sentido, os dois regimes convergiram. Entretanto, houve, como sempre, pontos de divergências.

³ Pode-se argumentar que a oposição do Partido Comunista ao governo peronista não trouxe ganhos políticos, uma vez que os benefícios significativos das políticas trabalhistas implementadas por Perón, sobretudo no primeiro mandato de 1946-1950, conquistaram o apoio da maioria dos sindicatos que se afastaram da influência comunista. Assim, o PC será um dos grandes alvos de fortes críticas da propaganda ideológica peronista, levando a seu isolamento. Ao passo que a orientação soviética ao PCB de apoio a Vargas também acabou gerando entraves ao avanço do comunismo no país. Inicialmente, favoreceu o seu crescimento obtendo expressiva votação nas eleições de 1945 e 1947, além de atingir a cifra de 200 mil filiados, tornando-se o maior partido comunista da América Latina, contudo, a ampla repressão do governo Dutra levou o PCB a ilegalidade em julho de 1947, provocando o seu declínio político.

No plano político, no Brasil exacerbou-se o processo de polarização entre os nacionalistas e os “entreguistas”, assim denominados por terem uma concepção mais liberal sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional. Diante desse quadro, Vargas começou a manobrar para ampliar sua base de apoio, aproximando-se, sobretudo, da UDN, porém procurando sempre se mover dentro da ordem constitucional. Contrariamente, Perón buscou “peronizar” toda a sociedade, continuando um processo iniciado no final do primeiro governo, logo após a promulgação da Constituição de 1949. A “peronização” ocorreu em vários setores: na Educação nas Forças Armadas, na Igreja, na Administração Pública, onde era obrigatória a filiação ao partido peronista. A “doutrina peronista” colocou-se como equivalente da doutrina nacional, enquanto os setores antiperonistas foram reprimidos através de várias ações, como o cerco fiscal, a asfixia financeira de jornais opositores, a perseguição aos comunistas, entre outras.

No plano econômico, a Argentina estava em uma situação difícil, em decorrência de uma crise econômica iniciada em 1949⁴. No Brasil, a situação estava complicada, mas aparentemente melhor. Paralelo ao funcionamento da “Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico”, Vargas adotaria duas iniciativas de natureza nacionalista: a criação da Petrobrás, em 1953, e o decreto para a regulamentação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras estabelecidas no país em 1952. Foi determinado que somente pudesse retornar o capital estrangeiro que efetivamente tivesse entrado no Brasil, de acordo com o que fora registrado na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Diante dessas medidas, sobretudo em relação ao decreto, o governo norte-americano acusaria o regime de estar fazendo concessões à esquerda.

No campo das relações bilaterais Brasil-Argentina, tanto Perón como Vargas perceberam a coincidência de seus mandatos como um momento privilegiado para um estreitamento das relações. O governo argentino (1951-1955) demonstrou claro interesse em promover uma aproximação de maior profundidade com Brasil e os outros países latino-americanos. Essas políticas ampliaram-se no segundo governo, através de um conjunto de entendimentos bilaterais realizados com o Chile, Equador, Paraguai e Bolívia. O empenho de Perón foi favorecido pela conjuntura política da América Latina na qual, durante um curto período, prevaleceram democracias de

⁴ “A situação deteriorou-se seriamente em 1951. Os termos de intercâmbio voltaram a piorar e houve uma nova queda das exportações, afetadas por outra forte seca. A inflação no varejo, que baixa a 25,6% em 1950, chegou a 36,7% em 1951, superando pela primeira vez o aumento de salários. As balanças comercial e de pagamentos pioraram consideravelmente. Ainda assim, Perón se negava a adotar uma política de estabilização, talvez devido à proximidade das eleições (...) foi reeleito com ampla vantagem. Seu segundo mandato começaria, porém, em meio a uma grave crise econômica que tornava inevitável uma política de ajuste.” (FAUSTO e DEVOTO, 2004: 307)

caráter desenvolvimentista.

Igualmente contribuiu para este projeto de integração regional o fortalecimento da ideologia nacionalista latino-americana, que tinha um forte sentimento anti norte-americano devido, em sua maior parte, ao isolamento a que foi submetida a região depois de terminada a Segunda Guerra. Apesar de pertencer à área de influência dos EUA, a América Latina foi excluída de suas prioridades, convertendo-se num mero receptor de capitais privados norte-americanos e em uma base de apoio confiável nos foros multilaterais, como a ONU.

Diante desse quadro, Cervo destaca que a reação frente ao desinteresse norte-americano em investir na América Latina configurou-se na busca da autossuficiência econômica nos setores fundamentais da produção e dos serviços. O autor destaca que a pretensão por parte de Perón era ainda maior: “o peronismo alçava a bandeira da luta contra o predomínio de Wall Street e o imperialismo do dólar”. (2007:103)

Assim, um novo ideário americanista começou a ressurgir e a questionar o projeto pan-americanista dos Estados Unidos. No início dos anos 50, o presidente argentino defendeu que a unificação da região deveria ser precedida por uma unidade econômica liderada por Argentina, Brasil e Chile. Ressurgia, em moldes diferentes da proposta anterior do Barão do Rio Branco, o Pacto ABC, nas palavras de Perón:

Ni Argentina, ni Brasil, ni Chile aislados pueden soñar con la unidad económica indispensable para enfrentar un destino de grandeza. Unidos forman, sin embargo, la más formidable unidad a caballo sobre dos océanos de civilización moderna. Así podrían intentar desde aquí la unidad latinoamericana con base operativa polifásica con inicial impulso indetenible (Perón apud HIRST, 1985, p. 10)

Entretanto, uma das características mais relevantes do segundo governo de Vargas (1951-1954) foi o objetivo de recuperar o poder de negociação do Brasil diante dos Estados Unidos, o que se tornou a principal barreira para uma aproximação mais sólida da Argentina. Sua política externa consistia em dois princípios básicos: ênfase às relações econômicas externas visando ao desenvolvimento do país; a permanência do alinhamento político e militar nos princípios de solidariedade do Ocidente.

No entanto, as afinidades entre o peronismo e o trabalhismo foi um fator decisivo na aproximação com a Argentina. Prova disso foi o envio novamente de Lusardo para a embaixada de Buenos Aires, onde atuou como principal articulador político das relações bilaterais. Além disso, Lusardo era admirado e respeitado por políticos e setores da intelectualidade argentina e, por isso, tornou-se um elemento importante no desenvolvimento da diplomacia cultural entre os governos. Aliás, durante sua gestão, aumentaram

significativamente as iniciativas culturais entre Brasil e Argentina ⁵.

Em 1954, um artigo publicado em *El Mundo* relatou a exaltação dos brasileiros aos benefícios gerados pelo intercâmbio cultural:

[...] En la sección “El mundo en resumen”, del diario “O Radical”; el periodista Mauricio Lisboa publica hoy un comentario exaltando los beneficios que reportan, a los países de este continente, las visitas mutuas realizadas periódicamente por misiones culturales. Lisboa se refiere especialmente a la delegación que la Facultad de Derecho de la Universidad Católica de San Pablo envió a la República Argentina, y cuyos integrantes, profesores y alumnos del citado instituto, tuvieron oportunidad de apreciar el valor del intercambio de cultura, y el formidable progreso conseguido por nuestros vecinos en todas las ramas de su actividad y el grado de amistad que vincula a las dos naciones líderes de América del Sur... (El Mundo. Buenos Aires, segunda-feira, 08/02/1954)

Pelas palavras de Maurício Lisboa é possível ter uma ideia da repercussão em determinados segmentos da sociedade da diplomacia cultural, que foi amplamente desenvolvida no segundo mandato de Perón e de Vargas. Segundo Lisboa, através do intercâmbio com os argentinos, os estudantes brasileiros tiveram oportunidade de conhecer “o seu grande avanço em todas as áreas do conhecimento e o nível de amizade entre os dois países”. Mesmo considerando provável que sua exaltação não correspondesse efetivamente ao ânimo geral, é muito significativo tal comentário ter sido feito por um brasileiro e ser publicado em um expressivo jornal argentino, demonstrando que, de certa forma, o intercâmbio entre os dois países ganhou uma relativa expressão na imprensa da época.

Todavia, a conjuntura da Guerra Fria e a forte oposição dos setores antivarguistas ao peronismo, caracterizaram esse momento como um período predominantemente marcado por constantes atritos diplomáticos que tiveram repercussões muito negativas no relacionamento entre Argentina e Brasil.

Durante os anos de 1947 a 1954, Juan I. Cooke foi o embaixador argentino no Rio de Janeiro. Expressando a forte tensão que marcou as relações argentino-brasileiras desse período, Cooke ressaltou, em sua correspondência, o recrudescimento da campanha desenvolvida contra seu país e também contra as iniciativas do embaixador Lusardo, em Buenos Aires. Nesse sentido, comentou o discurso Assis Chateaubriand no Senado, defendendo a substituição do embaixador devido a sua proximidade com Perón:

⁵ Consultando as sua correspondência, entre 1951 a 1954, verifiquei que mensalmente o Instituto Cultural Brasil-Argentina, órgão apoiado pela embaixada, emitia um amplo boletim das atividades culturais de intercâmbio artístico e intelectual como mostras de cinema, exposições artísticas, exposição e venda de livros de autores brasileiros consagrados, missões intelectuais, visitas de professores e estudantes, inauguração de bibliotecas populares, entre outras.

“un amigo íntimo del gobierno argentino es un brasileño que no sirve para ejercer la jefatura del puesto más delicado que hoy tenemos en América”. (Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Juan L. Cooke a Jeronimo Remorino. Rio de Janeiro, 14/07/1953)

Cooke destacou ainda as falsas acusações do senador brasileiro à política externa argentina, referindo-se ao governo de seu país como “dictadura porteña” e o acusando de estar fazendo pressão sobre as autoridades uruguaias, ameaçando a sua independência. Caso essa situação se confirmasse, teria concluído Chateaubriand, caberia ao Brasil intervir para garantir a soberania do Uruguai e demonstrar os limites de sua ação ao presidente Perón. Em sua carta, o embaixador rebatia tais “injurias”:

A parte de las críticas injuriosas y de las tergiversaciones habituales en Chateaubriand cuando se refiere a nuestro país y Gobierno, V.E. podrá apreciar, una vez más, la constante preocupación de los brasileños por todo lo vinculado al interes geopolítico de este país en su relación con las naciones vecinas y en particular con la República Argentina. Su recelo es de tal índole que creen advertir en todos los actos de nuestra política internacional una razón de alarma para la seguridad de su territorio y para las directrices de su acción en el Continente. (Archivo Historico de Cancillria: Carta de Juan L. Cooke a Jeronimo Remorino. Rio de Janeiro, 14/07/1953)

Chateaubriand era antivarguista e representante da UDN. Nesse momento, ele se converteu em um dos principais protagonistas das campanhas difamatórias contra Vargas e seus aliados, como também do governo do país platino, excitando continuamente a população brasileira a desenvolver um sentimento de hostilidade em relação ao peronismo. Seu objetivo era minar todo o trabalho de negociação realizado pelo embaixador Lusardo com Perón em torno de acordos comerciais ⁶ e desestabilizar o governo de Vargas, argumentando que uma aliança com o “ditador” argentino se constituía em uma ameaça para o Brasil e abalaria as suas relações com os Estados Unidos, seu principal aliado.

Lusardo foi constantemente acusado pelos udenistas de favorecer a Argentina nos acordos comerciais bilaterais, em prejuízo dos interesses brasileiros. Além de estar articulando, segundo esses críticos, sem autorização do Itamaraty, a proposta de integração em torno do Pacto ABC, citado anteriormente, em apoio ao projeto expansionista peronista, que ameaçava a soberania dos países vizinhos, inclusive a do próprio Brasil. Portanto, pressionavam o governo para substituir sua representação em Buenos Aires.

⁶ Madrid ressaltava que apesar “de las diferencias, los gobiernos de la Argentina y Brasil reafirman su intención de fortalecer los lazos económicos que unían a los dos países. Prevalecía en ellos la idea de aumentar el intercambio comercial asegurando mercados estables y permanentes para aquellos productos con las necesidades crecientes de sus economías”. (2002, p. 217).

A situação acirrou-se ainda mais em fevereiro de 1953, quando Perón assinou com o presidente do Chile general Ibáñez del Campo a “Ata de Santiago”, pela qual ambos os governos se comprometiam em reconhecer o tratado, que constituiria a “União Econômica” entre os dois países, dentro de cento e vinte dias. O presidente argentino era grande defensor de uma união aduaneira e de redução de tarifas; dos pactos bilaterais de ajuda mútua e proteção; da defesa do preço das matérias-primas e produtos latino-americanos exportados no mercado mundial. Sendo assim, o tratado estava aberto à adesão de outros países da América Latina.

A assinatura desse tratado teve grande repercussão na imprensa brasileira. Segundo Siepe, no Rio de Janeiro, os principais jornais publicavam editoriais enfatizando a grave inquietude no país pela possibilidade de uma união argentino-chilena, que seria oposta às normas invariáveis da política internacional brasileira, uma vez que sempre procurou contrabalançar o poder argentino através de entendimentos com outras nações sul-americanas.

Neste sentido, o *Jornal do Comércio*, um dos órgãos mais prestigiados da imprensa carioca, contrariando o seu habitual equilíbrio ao referir-se aos assuntos argentinos, acatou violentamente a política peronista afirmando que o presidente Perón desejava, porém não conseguiria quebrar a unidade e a força do pan-americanismo. Dessa forma, o jornal fazia as seguintes acusações:

Desejava estabelecer uma espécie de “Anchluss” na América Latina. Uma espécie de aliança entre alguns povos sul-americanos para imposição e propaganda das teóricas virtudes da nova ordem erigida, nas margens do Rio da Prata, como instrumento capaz de ressuscitar o imperialismo ingênuo e provinciano que faz um século fundava o tirano de Rosas. (*Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1953)

Ao passo que os jornais considerados “simpatizantes” da Argentina, como *O Mundo* e *O Radical*, reproduzem as informações da Agência Latina, porém em geral adotaram uma atitude sombria em seus comentários, enquanto que os jornais oficiais como *A Noite*, *A Manhã* e *Última Hora*, permaneceram em silêncio, publicando breves comentários sobre o tema.

Desta forma, compreende-se o fato do jornal *Diário de Notícias*, de propriedade de Chateaubriand, ter publicado um editorial intitulado “Perón e o Brasil”, afirmando que recentes declarações do presidente argentino sobre o projeto de integração econômica em torno do Pacto ABC, exigiam que a diplomacia brasileira devesse ter maior preocupação com o processo de expansionismo que vinha se desenvolvendo no continente. Entre outros aspectos o editorial destacou que:

O imperialismo argentino procura galgar os Andes e impor-se no Chile, cruzar o rio Paraguai e fazer-se sentir no país guarani, projetando-se no altiplano boliviano e ganhar, a seguir o Peru, atingir mesmo as selvas tropicais e vingar no Equador [...] As aspirações de formação do bloco ABC – Argentina, Brasil e Chile, só acidentalmente são agora lembradas, isto porque, não encontraria eco em nosso povo, qualquer movimento que nos afastasse, um pouco que fosse do concerto integral das nações americanas. Somos, com efeito, uma nação pan-americanista. (Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1953)

Declarou-se ainda que as pretensões imperialistas argentinas seriam de longa data, pois os portenhos sempre haviam vivido o grave problema não possuírem os recursos minerais necessários à industrialização. O país platino também estaria insatisfeito por não ter acesso ao Pacífico, privando-o dos bons mercados na sua costa e com todo o Oriente, entre outros fatores. Diante desse quadro, caberia ao Itamaraty procurar conter essa política expansionista através da intensificação do intercâmbio comercial com as nações sul-americanas e, obviamente, do intelectual e artístico, para diminuir a influência argentina na região.

O Ministério das Relações Exteriores deveria impulsionar a diplomacia cultural no continente, a fim de divulgar a imagem do Brasil no exterior, em contraposição à ampla difusão da propaganda peronista, pois a legitimação simbólica da política governamental também seria fundamental para a consolidação dos vínculos políticos e comerciais com os países vizinhos.

O então chanceler brasileiro, João Neves Fontoura também é fortemente contrário ao estabelecimento de uma possível união econômica com a Argentina peronista, ligado aos setores do governo que apoiavam os Estados Unidos via tal proposta como inconcebível e afirmava que o Itamaraty continuaria sua política de apoio ao pan-americanismo norte-americano. Suas fortes divergências com a política varguista ocasionaram sua destituição do cargo e o transformou em um dos principais protagonistas da crise final do governo de Vargas.

O clima de tensão das relações argentino-brasileiras acirrou-se ainda mais após os impactos da conferência de Perón em novembro de 1953, quando definiu as linhas fundamentais de sua política exterior que expressavam o papel da Argentina e do Brasil em relação a sua relevância na América Latina. Nesta ocasião, o presidente argentino manifestou uma grande angústia com a sensação de fracasso, numa tarefa essencial que ele havia proposto, a unidade argentino-brasileira, como condição da dinâmica unificadora da América do Sul.

Este discurso proferido perante o Exército na Escola Superior de Guerra foi publicado em 1954, no Uruguai, com o título “O imperialismo argentino” e foi imediatamente atacado pela imprensa brasileira, sendo

também publicado no Brasil por intermédio de exilados políticos argentinos residentes em Montevidéu. Foi enorme a repercussão dessa publicação no país, tanto que o ex-chanceler Neves da Fontoura, em abril de 1954, publicou na imprensa o que denominou “Minha declaração”, um texto de 32 páginas de acusações a Perón e a Vargas que descrevia como conspiradores “contra os destinos do Brasil”. Baseando-se no discurso de Perón, explicava que ambos os presidentes haviam acordado, antes das eleições brasileiras de 1950, em formar uma União Econômica entre Argentina, Brasil e Chile, contudo, ao assumir a presidência, Getúlio Vargas havia rechaçado o compromisso.

Diante desse acontecimento, Siepe ressalta que o violento ataque ao ABC, somada a difícil situação de Vargas, obrigaram a Embaixada Argentina no Rio de Janeiro a negar a autenticidade do discurso de Perón. Porém, Neves da Fontoura não reconheceu o desmentido e declarou como autêntico o documento publicado. Como não podia apresentar provas documentais dos acordos entre Vargas e Perón, exigiu que o governo brasileiro publicasse toda a correspondência com o presidente argentino. Afirmou ainda que Lusardo atuava como portador das mensagens secretas entre os dois líderes, utilizando ainda os secretários da missão para fazer chegar, sem a autorização do Itamaraty, recados do presidente brasileiro ao argentino. Essas acusações abalaram grandemente o governo de Vargas, levando a Câmara dos Deputados abrir um processo de *impeachment* para caçar seu mandato.

Além disso, a infiltração da propaganda peronista do Brasil seria outra grande preocupação dos setores contrários a uma aproximação com a Argentina. Em uma carta datada de 19 de novembro de 1953, Fernando Torcuato Insausti, encarregado de negócios, relatava que vários jornais se ocuparam do tema. Afirmaram que os sindicatos brasileiros estavam inundados com a propaganda do governo argentino, pretendendo fazer um paralelo entre Perón e João Goulart, Ministro do Trabalho. O embaixador reproduziu, em espanhol, o artigo “Juan e João: inundados os sindicatos brasileiros de propaganda peronista”, publicado no jornal *Correio da Manhã*. Entre outros pontos, denunciava:

(...) Son libros, folletos, impresos de toda especie, con loas a Perón y al Justicialismo da dictadura argentina. Quién es el editor? El propio Gobierno peronista. Quién hacer en el Brasil esa distribución ? Es fácil deducir. Llegan por el coreo con regularidad y en cantidades(...) Un otro aspecto está en que tal propaganda viene siendo hecha con la benevolencia del Ministro de Trabajo, que no la ignora, pero cierra los ojos, y ni se atreve a averiguar, por ejemplo, cuál sería la atitute del Gobierno peronista si el Brasil, por su lado, decidiese remitir a los sindicatos argentinos palabreiros sindicalistas del señor Getulio Vargas sobre las “cualidades” de nuestra legislación traballista, o si procurasen convencer a los

obreros argentinos de que el señor João Goulart está, como Juan Perón “salvando” a los trabajadores nacionales. (Archivo Histórico de Cancillería: Anexo a carta de Fernando Torcuato Insausti a Jeronimo Remorino. Rio de Janeiro, 19/11/1953)

João Goulart foi outro alvo das acusações dos grupos antivarguistas. Sua atuação no Ministério do Trabalho foi muito criticada, devido a sua intenção não só de favorecer a aproximação em relação à Argentina, mas também de aproximar o “trabalhismo” do “justicialismo”. Por conta disso, pode-se compreender que a propaganda peronista tenha penetrado com grande facilidade nos sindicatos brasileiros.

Apesar da maior parte da imprensa bombardear a opinião pública brasileira com informações negativas e distorcidas sobre o peronismo e sua provável aproximação com os setores varguistas, em alguns momentos, notícias positivas do país vizinho também foram difundidas.

Em outra correspondência, o embaixador Cooke ressaltou que, mesmo que não significasse uma mudança efetiva dos diários opositores em relação a seu país e governo, alguns artigos publicados nos jornais *O Jornal* e *Correio da Manhã* se destacaram por seus comentários favoráveis à Argentina:

Con el título de “Paseo en el Rio de La Plata”, el matutino “O Jornal” inserta una crónica firmada por Ademar Vidal, en la que formula toda clase de apreciaciones favorables sobre la situación económica de la República y acerca de la repercusión positiva que tienen en ella las cosas brasileñas.

Por su parte, “Correio da Manhã” incluye un suelto firmado por Hélio Jaguaribe en el que después de mencionar las relaciones de Brasil con Estados Unidos y con Rusia, expresa lo siguiente:

“No es menor el equívoco de nuestras vinculaciones con la Argentina. Dejamos que nuestra hostilidad ideológica hacia el peronismo se confunda con una hostilidad a la Argentina. Y pasamos a contrariar la política internacional de los platinos de una forma mecánica e irracional. Perón tiene la audacia de criticar a los Estados Unidos? Nosotros solo les haremos apologias. Perón procura integrar económicamente la América Latina para ampliar el mercado y aumentar el poder internacional de trueque de los países latino-americanos? Nosotros estamos en contra. Nos justificamos diciendo que así combatimos las pretensiones hegemónicas de la Argentina y la propaganda del peronismo. Y así nos dispensamos de examinar a quien aprovecha más, si a nosotros o si a la Argentina, la integración económica de la América Latina. Y nos vendamos los ojos a los Estados Unidos, si la independencia de actitudes de Argentina o el servilismo del gobierno brasileño” (Archivo Histórico de Cancillería: Carta de Juan Cooke a Jerónimo Remorino, 29 de setembro de 1953)

É também importante ressaltar que a postura de Hélio Jaguaribe, representante da intelectualidade brasileira mais à esquerda e favorável à proposta de integração do peronismo, por concebê-la como uma recuperação do poder de barganha da América Latina e uma forma ousada de se posicionar frente aos Estados Unidos, criticando o posicionamento servil do Brasil. A falta de posicionamento ideológico da UDN e dos militares de que a formação de um bloco econômico latino-americano poderia ser mais benéfica para a política externa brasileira do que a manutenção de um alinhamento dependente com a potência do norte contribuiu para o fracasso desse processo e impediu um desenvolvimento mais autônomo da região.

Na análise de Robert Russel e Juan Tokatlian (2003), o sentimento de rivalidade foi preponderante em alguns momentos das relações bilaterais, resultando na perda de oportunidades em termos políticos, econômicos, culturais e militares, facilitando os interesses dos Estados Unidos e estimulando a concorrência entre Argentina e Brasil. Aliás, em relação ao Pacto ABC, Washington se converteu também em um centro de difusão de informações distorcidas e caluniosas acerca do governo de Perón. Muitas vezes, reproduzidas pela imprensa brasileira:

O caráter hostil que a imprensa norte-americana julgava tradicionalmente o regime de Perón repercutia de duas formas: primeiro, sobre o próprio governo, junto ao qual causavam preocupação suas iniciativas de aproximação com os países vizinhos do Cone Sul; segundo, sobre as chancelarias latinas que recebiam de rotina recortes e resenhas daquela imprensa e moldavam por eles suas apreciações. A brasileira, em especial, criou uma ojeriza pela ideia peronista de formação do bloco, interpretando-a na linha do aludido *The Washington Daily News*. (CERVO, 2007, p. 124)

Analisando esse contexto de forte hostilidade ao peronismo em relação aos projetos de intercâmbio e outras ações culturais desenvolvidas no Brasil, é possível fazer algumas considerações. Na Argentina, essas atividades desenvolvidas pela diplomacia cultural ou por grupos independentes tiveram melhor receptividade da sociedade, pois os setores governamentais não fizeram oposição a uma aproximação com o governo brasileiro. Prova disso foi a bem sucedida atuação do embaixador Lusardo em difundir a cultura brasileira, contando com apoio de destacados intelectuais e artistas argentinos e brasileiros. No Brasil, essas atividades culturais também se realizaram visando difundir a cultura do país platino, mas encontraram, frequentemente, um ambiente tenso devido à grande animosidade da oposição a Vargas que, como mencionado, tinha o controle majoritário da imprensa. Por isso, pôde exercer uma influência maior sobre a opinião pública, dificultando o desenvolvimento das relações culturais.

A crise final do governo Vargas, que veio a provocar seu suicídio, como era de se esperar, despertou grande interesse na diplomacia argentina. Em várias cartas, encontrei comentários sobre o presidente brasileiro e outros protagonistas, além de análises sobre a situação do país, após tão trágico desfecho do regime.

Em sua carta, escrita dois dias após a morte do presidente, Torcuato Insausti, encarregado de negócios, criticou a absoluta falta de sentido ético por parte de alguns políticos brasileiros, inclusive do próprio vice João Café Filho, que assumiu a presidência, que não disfarçara seu regozijo, sem nenhuma preocupação em manter as aparências. Em uma entrevista, abraçara o jornalista Carlos Lacerda, que tivera papel de destaque nas campanhas contra Vargas, e anunciara, como um dos primeiros atos de seu governo, a possibilidade da mudança do nome da Avenida Presidente Vargas por Major Vaz. Sobre as últimas intrigas criadas pela oposição para denegrir a imagem do primeiro magistrado, Insausti teceu o seguinte comentário:

(...) Todo el andamiaje construído por la UDN sobre la base del atentado a Lacerda y la muerte del mayor Vaz, ha sido desmoronado por el Presidente fallecido a quien, ahora más que nunca, corresponde la calificación que escuché – respecto de Vargas – de un funcionario de la Embajada estadounidense: “es el mayor político que a tenido el Brasil”. (Archivo Histórico de Cancillería: Carta de Fernando Torcuato Insausti a Jerónimo Remorino, 26/08/1954)

O embaixador referiu-se ao atentado a Lacerda, que o deixou ferido e provocou a morte do referido Major. Nesse momento, o jornalista e outros opositores fizeram fulminantes acusações na imprensa, afirmando categoricamente que Vargas era o responsável pelo atentado. Contudo, sua morte pela “causa patriótica” o teria absolvido da denúncia. Comentou ainda a grande comoção e mobilização popular no seu enterro, os atentados populares à embaixada dos Estados Unidos, classificados como comunistas pela polícia e violentamente reprimidos, resultando em mortos e feridos.

Insausti lamentou que o novo governo estabelecido no país não tivesse simpatias pela Argentina e a campanha de hostilidade ao peronismo permanecesse. Essa disposição foi atestada pelo fato de que, depois de realizada a Conferência Interamericana de Imprensa de São Paulo, que contou com a presença de jornalistas e políticos opositores a Perón⁷, produziram-se notícias hostis, por um setor da imprensa local, representado pela *Cadeia de Diários Associados*, em especial, o jornal *Tribuna da Imprensa*. Em carta datada de Insausti comentou que:

⁷ Como Damonte Taborda e Alberto Gainza Paz, filiados ao Partido Radical.

[...] Resulta evidente la perniciosa influencia de los [...] “delegados” argentinos entre los colegas brasileños, no debiendo olvidarse que Carlos Lacerda estuvo presente en las reuniones.

El tópico principal que se ha utilizado para atacar nuestro país, ha sido, el supuesto conflicto con la Iglesia Católica, sobre el cual se informa por nota separada.

Se registra, asimismo, un artículo ofensivo del periódico “Tribuna da Imprensa”, el cual, en un burdo e inexacto ataque al Agregado Obrero, Secretario Gremial, Don CESAR JAIME TRONCONI, lo califica como un espía y agitador del Gobierno Argentino entre los dirigentes sindicales brasileños. (Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Fernando Torcuato Insausti a Jerónimo Remorino, 26/08/1954)

Assim, a morte de Vargas acirrou ainda mais a campanha de hostilidade ao governo peronista pela imprensa. Neste caso, o ataque foi contra os adidos operários que faziam intercâmbio com sindicalistas brasileiros a fim de divulgar a doutrina justicialista. Também é preciso considerar que o nível de politização desses trabalhadores em ambos os países tinha crescido muito, contrariando as próprias expectativas do Estado.

Dessa forma, não devem ser vistos apenas como agentes da ideologia estatal, posto que ela era conjugada com a tradição comunista que, assim como o trabalhismo e o justicialismo, também era expressiva. Dessa forma, esses encontros entre duas realidades distintas, mas com várias características em comum, foi um espaço também para a tomada de posturas autônomas, além de um melhor conhecimento do “outro”.

Considerações Finais

A análise das visões do peronismo durante o segundo governo de Vargas releva um capítulo de grande complexidade e forte tensão provocada pelos ecos da Guerra Fria na América Latina, mas especificamente no contexto das relações entre Brasil e Argentina durante os anos de 1951 a 1954.

A documentação explorada, tanto diplomática como produzida pela imprensa de ambos os países, traz novas interpretações sobre o papel dos governos de Perón e de Vargas frente aos Estados Unidos. Destacou-se com grande ênfase a tradicional rivalidade entre os dois países, muitas vezes fomentada e produzida para atender interesses de grupos específicos no Brasil, sobretudo aos defensores da ideologia norte-americana e contrários a expansão soviética através da propagação do comunismo no continente. Contudo, mesmo que em menor escala, construíram-se também imagens positivas do país platino e da política peronista, sobretudo ao projeto de uma integração econômica para promover o desenvolvimento da América do Sul e nos incentivos ao intercâmbio artístico e intelectual entre brasileiros e argentinos,

aliás, a diplomacia cultural foi a política de aproximação mais bem sucedida do período. Tal constatação comprova que a concepção da imagem da rivalidade como um elemento intrínseco dessas relações, além de não ser correta, encobre toda a complexidade das relações argentino-brasileiras do período estudado.

Pode-se concluir que a falta de percepção de grande parte dos grupos dirigentes brasileiros não permitiu perceberem a aproximação da Argentina e o apoio ao projeto integracionista do Pacto ABC como algo positivo, não apenas para os dois países mas também para a região, uma vez que se bem sucedido poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento industrial e proporcionar uma maior autonomia frente à potência hegemônica norte-americana. No momento atual assistimos o interesse e a necessidade premente de transformar o Mercosul num projeto de integração regional sul-americana de fato, estando hoje na fase de uma união aduaneira, algo que havia sido proposto por Perón em 1951 a partir da união de Argentina, Brasil e Chile e, posteriormente, dos demais países latino-americanos.

Dessa forma, a opção pelo alinhamento dependente não representou benefícios para o Brasil, pois os Estados Unidos não ofereceram apoio ao projeto desenvolvimentista nacional de seu principal aliado e muito menos para o restante dos países da região. Por isso, durante esses anos o sentimento em oposição aos EUA ganhou grandes proporções entre intelectuais e setores das elites dirigentes.

Enfim, repensar a Guerra Fria a partir das tensas relações Vargas-Perón contribui para recuperar importantes antecedentes históricos do atual debate sobre a integração da América do Sul, bem como o papel que os países periféricos devem ter diante das imposições dos Estados Unidos e de outras potências do mundo contemporâneo, tendo a visão crítica de que não devemos reproduzir os mesmos erros ou posturas do passado que na prática não contribuíram para promover o desenvolvimento do Brasil ou da região, independente do posicionamento ideológico.

Referências

- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. 2^a ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CERVO, Amado Luiz e BOENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de uma história comparada. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- HISRT, Mônica. **Vargas-Peron y las relaciones Brasil-Argentina**. Buenos Aires: Flacso. Noviembre, 1985.

_____ **O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1990.

MADRID, Eduardo. **Argentina-Brasil.** La suma del sur. Mendoza: Cavier Bleu/Universidad, 2003.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: Política Externa de Vargas (1935-1942).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Revista Diálogos.** Maringá - PR- Brasil, v. 6, 2002, p. 41-59.

RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El lugar de Brasil en la política exterior argentina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SALVATORE, Ricardo D. **Imágenes de un Imperio: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina.** Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

SANTOS, Raquel Paz dos. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. **Revista Estudos Históricos.** V. 22. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 355 – 375.

_____ **Um novo olhar sobre o país vizinho: a cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade (1930-1954).** Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SIEPE, Raymundo. Perón e a integração latino-americana: o Brasil e a Terceira Posição peronista (1946-1955). In: VILLA, Rafael D. e KALIL, Suzeley (orgs). **Ensaio latino-americanos de política Internacional.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007, p. 55- 85.

Fontes documentais

Archivo Historico de Cancilleria: nota do agregado cultural Eugenio Julio Iglesias da Embaixada Argentina do Rio de Janeiro, 1 de abril de 1944.

Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Rolando J. Aguirre a Orlando L. Peluffo, 16 de novembro de 1944.

Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Juan L. Cooke a Jeronimo Remorino. Rio de Janeiro, 14/07/1953.

Archivo Historico de Cancilleria: Anexo a carta de Fernando Torcuato Insausti a Jeronimo Remorino. Rio de Janeiro, 19/11/1953.

Archivo Historico de Cancilleria: Carta de Fernando Torcuato Insausti a Jerónimo Remorino, 26 de agosto de 1954.

Arquivo Histórico do Itamaraty: carta de João Neves Fontoura a imprensa brasileira. Rio de Janeiro abril de 1954.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1953.

El Mundo. Buenos Aires, segunda-feira, 8 de fevereiro de 1954.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1953.